



**Grupo de
Entidades do
Município de
Santa Cruz - PE**

**Balanço Patrimonial
da
Lei Nº 4.320/64 MCASP**



Documento Assinado Digitalmente por: ELIANE MARIA DA SILVA SOARES, EZIUDA MARIA DE SOUSA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 7e3539c3-b5b2-41ad-9074-44d19a254380

Balanço Patrimonial

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 MCASP
GRUPO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS

**Demonstrações Contábeis e das Notas Explicativas referentes ao
exercício financeiro de 2021**

Contadora **Eziuda Maria de Sousa** CRC/PE 12.705/O-8

APRESENTAÇÃO



O Balanço Patrimonial foi elaborado de acordo com o Anexo 14 da Lei Federal 4.320/64, com atualizações guiadas pela Portaria STN nº 438, de 16 de Julho de 2012 e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP. A elaboração da Demonstração Contábil e da Notas Explicativas referente ao exercício financeiro de 2021 consolidam as informações da prefeitura, secretárias, departamentos, fundos especiais, entre outros órgãos da administração direta. Foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI – Fiorilli Software, onde servidores municipais efetivos e/ou comissionados ligados diretamente a supervisão da Secretaria de Finanças, em conjunto com a assessoria da Contadora Eziuda Maria de Sousa CRC 12.705/O-8, o utilizam para a execução orçamentária, financeira e patrimonial, em conformidade com diretrizes de lançamentos estabelecidos pela 8ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SPREV nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018. Sendo assim, à elaboração dessas Demonstrações Contábeis e das Notas Explicativas, tem como objetivo dar transparência referente às informações contábeis, patrimoniais, orçamentárias, econômicas e financeiras do Município de Santa Cruz.

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil responsável por apresentar a situação patrimonial da entidade pública de maneira quantitativa e qualificada por meio de contas representativas do patrimônio público, como também suas contas de compensação. Sendo o mesmo estruturado por ativos, passivos e patrimônio líquido, os resultados obtidos no balanço em questão são resultantes da execução orçamentário do exercício atual e anterior, permitindo realizar análises da situação patrimonial da entidade. O Balanço Patrimonial será composto por: a. Quadro Principal; b. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes; c. Quadro das Contas de Compensação (controle); e d. Quadro do Superávit / Déficit Financeiro. As estruturas das demonstrações contábeis dos anexos da Lei nº 4.320/1964 e da Portaria STN nº 438/2012 estão contidas nos quadros acima, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público. A partir de então, no Balanço Patrimonial tem-se a visão patrimonial como base para análise e registro dos fatos contábeis. Suas Notas Explicativas seguiram as normatizações da Resolução TCE/PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021, em conformidade com os anexos XIX e XX, da resolução supracitada, no que diz respeito a sua estrutura mínima e ainda, agregando-se o Demonstrativo de Implantação das Novas Regras Contábeis Aplicados ao Setor Público.

Trazendo uma pré-análise do Balanço Patrimonial 2021, do Município de Santa Cruz, trazemos um total de Ativo Circulante (AC) de R\$ 4.050.360,06 (quatro milhões e cinquenta mil e trezentos e sessenta reais e seis centavos), ao tempo que, o Ativo Não Circulante (ANC) foi de R\$ 36.917.392,42 (trinta e seis milhões e novecentos e dezessete mil e trezentos e noventa e dois reais e quarenta e dois centavos). Já o Passivo Circulante (PC) atingiu R\$ 2.294.103,27 (dois milhões e duzentos e noventa e quatro mil e cento e três reais e vinte e sete centavos), enquanto o Passivo Não Circulante chegou a R\$ 10.340.232,83 (dez milhões e trezentos e quarenta mil e duzentos e trinta e dois reais e oitenta e três centavos). Desta forma, contabilizando um Patrimônio Líquido (PL) de de R\$ 28.333.416,38 (vinte e oito milhões e trezentos e trinta e três mil e quatrocentos e dezesseis reais e trinta e oito centavos) para o último exercício. Então, assim, após esta breve introdução, apresentamos a integra do Balanço Patrimonial do Grupo de Entidades Supervisionadas com suas respectivas Notas Explicativas para o exercício financeiro de 2021.

Eliane Maria da Silva Soares, Prefeita Municipal de Santa Cruz
Período de gestão: 01/01/2021 a 31/12/2024.

EZIUDA MARIA DE SOUSA
Contadora

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021



1 de 4

Documento Assinado Digitalmente por: ELIANE MARIA DA SILVA SOARES, EZIUDA MARIA DE SOUSA

GRUPO:EXIGIDO PELA RESOLUÇÃO 153/2021 DO TCE-PE

A) QUADRO PRINCIPAL

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		4.050.360,06	6.353.205,88	PASSIVO CIRCULANTE		2.294.103,27	2.567.716,99
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		4.007.859,38	5.596.909,46	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS		406.538,45	442.464,56
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		4.007.859,38	5.596.909,46	PESSOAL A PAGAR		143.349,39	17.340,06
CAIXA	N 1 F	0,00	162,57	PESSOAL A PAGAR	N 4 F	138.254,60	12.245,27
CONTA ÚNICA	F	4.007.859,38	5.596.746,89	PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ORDINÁRIO	F	5.094,79	5.094,79
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		13.962,82	116.622,43	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		263.189,06	425.124,50
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		13.962,82	65.180,01	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - DÉBITO PARCELADO	F	27.500,83	27.500,83
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DAS TAXAS	P	0,00	17.042,97	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	F	56.066,60	221.339,27
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DOS IMPOSTOS	P	13.962,82	48.137,04	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	F	8.438,70	7.283,70
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA		0,00	51.442,42	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	110.724,11	108.541,88
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	P	0,00	51.442,42	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - DÉBITO PARCELADO	F	13.707,46	13.707,46
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		28.537,86	639.673,99	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	F	6.535,97	6.535,97
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS		2.920,00	2.920,00	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - DÉBITO PARCELADO	F	259,78	259,78
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL	P	2.920,00	2.920,00	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	F	226,06	226,06
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		25.617,86	636.753,99	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	P	39.729,55	39.729,55
AUXÍLIO NATALIDADE PAGO A RECUPERAR	N 2 F	6.300,43	6.300,43	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		3.507,98	3.507,98
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	F	16.287,01	365.434,50	JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAME		3.507,98	3.507,98
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO	F	3.030,42	189.569,32	ENCARGOS - EMPRÉSTIMOS EXTERNOS	F	3.507,98	3.507,98
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE AUXÍLIO DOENÇA E ACIDENTES PAGOS	F	0,00	75.449,74	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		1.398.115,52	1.026.148,13
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO		0,00	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZ		1.398.115,52	1.026.148,13
ESTOQUES		0,00	0,00	FORNECEDORES NACIONAIS	F	1.282.946,95	995.161,19
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA		0,00	0,00	CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	F	115.168,57	30.986,94
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	1.316,70
ATIVO NÃO CIRCULANTE		36.917.392,42	32.847.769,43	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO		0,00	1.316,70
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		116.622,43	0,00	OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS A RECOLHER	F	0,00	1.316,70
CRÉDITOS A LONGO PRAZO		116.622,43	0,00	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES		0,00	0,00
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	P	51.442,42	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	P	65.180,01	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		485.941,32	1.094.279,62
INVESTIMENTOS		0,00	0,00	VALORES RESTITUÍVEIS		485.409,32	1.093.747,62
IMOBILIZADO		36.800.769,99	32.847.769,43	CONSIGNAÇÕES	N 5 F	485.409,32	1.085.033,67
BENS MÓVEIS		9.982.779,46	8.981.648,11	OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	F	0,00	8.713,95
VEÍCULOS	P	1.274.410,00	1.274.410,00	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		532,00	532,00
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	P	37.595,17	37.595,17	CONTRATOS DE GESTÃO A PAGAR	F	532,00	532,00
BENS DE INFORMÁTICA	P	125.772,81	87.523,81	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		10.340.232,83	2.896.667,02
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	1.061.967,72	677.242,72				

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021



2 de 4

GRUPO:EXIGIDO PELA RESOLUÇÃO 153/2021 DO TCE-PE

A) QUADRO PRINCIPAL

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	223.888,55	179.741,30	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS		10.334.942,86	2.891.377,00
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	7.259.145,21	6.725.135,11	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		10.334.942,86	2.891.377,00
BENS IMÓVEIS		26.883.834,41	23.866.121,32	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	P	2.181.615,22	2.891.377,00
BENS DE USO ESPECIAL	P	126.339,01	126.339,01	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	P	8.153.327,64	0,00
INSTALAÇÕES	P	196.028,69	51.360,33	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	P	3.965.731,13	3.422.222,04	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO		5.289,97	5.289,97
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P	22.595.735,58	20.266.199,94	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A LONGO PRAZ		5.289,97	5.289,97
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-65.843,88	0,00	FORNECEDORES NACIONAIS	F	5.289,97	5.289,97
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	P	-65.843,88	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
INTANGÍVEL		0,00	0,00	PROVISÕES A LONGO PRAZO		0,00	0,00
DIFERIDO		0,00	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		0,00	0,00
TOTAL		40.967.752,48	39.200.975,31	RESULTADO DIFERIDO		0,00	0,00
				TOTAL PASSIVO		12.634.336,10	5.464.384,01
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO		28.333.416,38	33.736.591,30
				PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		0,00	0,00
				RESULTADOS ACUMULADOS		28.333.416,38	33.736.591,30
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		28.333.416,38	33.736.591,30
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P	-5.403.174,92	5.373.414,33
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	N 6 P	33.736.591,30	28.311.734,55
				AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	0,00	51.442,42
				TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		28.333.416,38	33.736.591,30
				TOTAL		40.967.752,48	39.200.975,31

Documento Assinado Digitalmente por: ELIANE MARIA DA SILVA SOARES, EZIUDA MARIA DE SOUSA
Acesso em: https://tce.tce.pe.gov.br/gpp/vlidatDocseam/7635393-1512-41d1-9074-44d19a2a254380

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ
BALANÇO PATRIMONIAL
Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021



3 de 4

B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO		4.033.477,24	6.233.663,45	PASSIVO FINANCEIRO (2.259.663,69)+RP não Proc.(558.478,96)		2.818.142,65	3.081.057,89
ATIVO PERMANENTE		36.934.275,24	32.967.311,86	PASSIVO PERMANENTE		10.374.672,41	2.931.106,60
				SALDO PATRIMONIAL		27.774.937,42	33.188.810,82

Documento Assinado Digitalmente por: ELIANE MARIA DA SILVA SOARES, EZIUDA MARIA DE SOUSA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 7e3539e3-b5b2-41ad-9074-44d19a2a254380

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021



4 de 4

C) QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVO		898.600,62	898.600,62	ATOS POTENCIAIS PASSIVO		254.870.558,92	254.863.230,62
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		0,00	0,00	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS		898.600,62	898.600,62	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		254.870.558,92	254.863.230,62
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		0,00	0,00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		0,00	0,00
TOTAL		898.600,62	898.600,62	TOTAL		254.870.558,92	254.863.230,62

Documento Assinado Digitalmente por: ELIANE MARIA DA SILVA SOARES, EZIUDA MARIA DE SOUSA
 Acesse em: <https://etec.tce.pe.gov.br/gppw/validaDoc.aspx?Codigo=documento:7e3539e3-b5f02-41ad-9074-44d19a254380>

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

D) QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2021)

GRUPO:EXIGIDO PELA RESOLUÇÃO 153/2021 DO TCE-PE

Exercício de 2021

1 de 2

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX)		Nota	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
			ATUAL	EXERC. ANTERIOR
			18.393,56	-1.036.017,24
001	Ordinario		18.393,56	-2.000.489,16
110	GERAL		0,00	-9.587.672,58
300	SAÚDE		0,00	-235.539,62
310	SAÚDE-GERAL		0,00	10.813.564,11
610	RPPS-CONTRIBUIÇÕES		0,00	-25.879,99
00	RECURSOS ORDINARIOS (ORDINÁRIO)		2.066.572,01	5.123.497,72
001	Ordinario		-507.377,18	-2.040.679,21
100	GERAL TOTAL		508,61	508,61
110	GERAL		836.384,71	2.016.751,60
200	EDUCAÇÃO		277.608,06	792.484,33
210	EDUCAÇÃO INFANTIL		0,00	48,61
220	ENSINO FUNDAMENTAL		-6.006,03	367.450,14
260	EDUCAÇÃO-FUNDEB		0,00	-78.033,74
261	EDUCAÇÃO-FUNDEB-MAGISTÉRIO		772.833,49	1.348.633,12
262	EDUCAÇÃO-FUNDEB-OUTROS		-20.091,28	-44.440,48
300	SAÚDE		775.977,85	2.566.218,80
310	SAÚDE-GERAL		-44.485,09	86.974,29
500	ASSISTÊNCIA SOCIAL		6.777,42	144.797,93
510	ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL		-25.558,55	-29.602,95
610	RPPS-CONTRIBUIÇÕES		0,00	-7.613,33
06	RECURSOS DO FUNDEB - OUTRAS DESPESAS (VINCULADO)		-47.458,99	0,00
260	EDUCAÇÃO-FUNDEB		-2.626,70	0,00
262	EDUCAÇÃO-FUNDEB-OUTROS		-44.832,29	0,00
09	RECURSOS TRANSFERIDOS PELO - SUS (VINCULADO)		-595.145,47	-93.687,32
300	SAÚDE		-297.310,96	-93.687,32
310	SAÚDE-GERAL		-297.834,51	0,00
10	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE (VINCULADO)		-489,55	0,00
220	ENSINO FUNDAMENTAL		-489,55	0,00
12	RECURSOS DESTINADOS A MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (VINCULADO)		0,00	-473,95
200	EDUCAÇÃO		0,00	744,10
210	EDUCAÇÃO INFANTIL		0,00	1.360,95



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

D) QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2021)

GRUPO:EXIGIDO PELA RESOLUÇÃO 153/2021 DO TCE-PE

Exercício de 2021

2 de 2

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX)		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
260	EDUCAÇÃO-FUNDEB	0,00	-2.579,00
13	CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO (VINCULADO)	0,00	1.121,26
200	EDUCAÇÃO	0,00	1.121,26
16	RECURSOS TRANSFERÊNCIAS PELO FNAS (VINCULADO)	-178.979,39	-28.304,96
500	ASSISTÊNCIA SOCIAL	-52.165,21	-14.395,55
510	ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL	-126.814,18	-13.909,41
17	IMPOSTOS E TRANSFEÊNCIA EDUCAçãO - MDE (ORDINÁRIO)	-42.863,65	-248.830,06
200	EDUCAÇÃO	-15.619,87	-244.710,00
210	EDUCAÇÃO INFANTIL	-3.509,00	0,00
220	ENSINO FUNDAMENTAL	-23.734,78	-4.120,06
18	CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS (ORDINÁRIO)	-1.240,00	-457.078,57
310	SAÚDE-GERAL	-1.240,00	-457.078,57
28	COVID-19 MUNICIPAL (VINCULADO)	-1.365,97	0,00
310	SAÚDE-GERAL	-1.365,97	0,00
80	RECURSOS PROPRIOS FINANCEIROS (ORDINÁRIO)	-2.087,96	-107.621,32
620	RPPS-COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	-2.087,96	-107.621,32
TOTAL		1.215.334,59	3.152.605,56





MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ
Demonstrações Contábeis do Grupo de Entidades
Exercício de 2021

NOTAS EXPLICATIVAS
(ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 MCASP)

INFORMAÇÕES GERAIS:

a) Nome da entidade: Prefeitura Municipal de Santa Cruz
b) Natureza jurídica da entidade: 124-4 – Município b.i) CNPJ: 24.301.475/0001-86 b.ii) Principal atividade econômica da entidade: 94.92-8-00 - Atividades de organizações políticas
c) Domicílio da entidade: AV Tres de Maio; nº 276; Centro; CEP 56.215-000; Santa Cruz – PE
d) Nome da entidade: Fundo Municipal de Saúde de Santa Cruz
e) Natureza jurídica da entidade: 133-3 - Fundo Público da Administração Direta Municipal b.i) CNPJ: 11.491.419/0001-00 b.ii) Principal atividade econômica da entidade: 86.60-7-00 - Atividades de apoio à gestão de saúde
f) Domicílio da entidade: PC Padre Luiz Gonzaga; nº 30; Centro; CEP 56.215-000; Santa Cruz – PE
g) Nome da entidade: Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Cruz
h) Natureza jurídica da entidade: 133-3 - Fundo Público da Administração Direta Municipal b.i) CNPJ: 12.115.737/0001-39 b.ii) Principal atividade econômica da entidade: 87.12-3-00 - Atividades de fornecimento de infra-estrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio
i) Domicílio da entidade: AV Antonio Floresta; nº 18; Centro; CEP 56.215-000; Santa Cruz – PE
j) Nome da entidade: Prefeitura Municipal de Santa Cruz (Fundo da Criança e do Adolescente)
k) Natureza jurídica da entidade: 124-4 – Município b.i) CNPJ: 24.301.475/0001-86 b.ii) Principal atividade econômica da entidade: 94.92-8-00 - Atividades de organizações políticas
l) Domicílio da entidade: AV Tres de Maio; nº 276; Centro; CEP 56.215-000; Santa Cruz – PE



m) Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade consolidadora:

A Prefeitura Municipal de Santa Cruz - PE possui a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil com o código “124-4 - Município”, sendo sua atividade principal classificada como: “84.11-6-00 - Administração pública em geral”. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. Para tanto, em sua estrutura contam de secretárias, departamentos, fundos especiais, entre outros órgãos da administração direta, sua execução orçamentária foi realizada baseada na Lei Municipal nº 496/2020, de 24 de novembro de 2020 (Lei Orçamentária Anual – LOA 2021). Sua fonte financeira deriva das transferências do Município e arrecadação de repasses dos governos, estadual e federal através dos repasses de transferências voluntárias ou de convênios (receitas correntes e de capital) e demais receitas.

n) Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

A entidade pública do Poder Executivo Municipal declara que as Demonstrações Contábeis do Prefeitura Municipal de Santa Cruz, compreendendo o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2021, apresentam adequadamente a posição: patrimonial e financeira e estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro dos padrões estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, sendo observadas as limitações decorrentes do processo de adesão as NBCASP e as circunstâncias narradas nas notas explicativas.

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SPREV nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018 que estabelece o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 8ª Edição, que regulamenta a contabilidade pública brasileira.

Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBC T SP 16.6 (R1), que trata das demonstrações contábeis das entidades. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras dos normativos internacionais publicados pelo International Federation of Accountants - IFAC através das International Public Sector Accounting Standards – IPSAS, que visam promover a convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Quanto aos aspectos de escrituração das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

o) Informações Adicionais Exigidas pela Resolução TCE-PE Nº 153/2021 e pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) Do TCE-PE:

Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis: Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração seguiram os princípios contábeis da entidade, da continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competências e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos Sistemas orçamentário e Patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª Edição, Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 06 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards



(IPSAS).
<p>p) Consolidação das demonstrações contábeis abrangendo: A consolidação desta demonstração contábil abrange o Poder Executivo do Município de Exu, bem como os órgãos da administração direta, incluindo os fundos, conforme relação a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none">• Prefeitura Municipal de Santa Cruz;• Fundo Municipal de Saúde de Santa Cruz;• Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Cruz;• Fundo Municipal da Criança e Adolescente de Santa Cruz;
<p>q) Dados do gestor: Eliane Maria da Silva Soares, Prefeita Municipal de Santa Cruz. Período de gestão: 01/01/2021 a 31/12/2024.</p>
<p>r) Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas: Nome: Eziuda Maria de Sousa CRC/PE nº 12.705/O-8. E-mail: eziuda_maria@hotmail.com</p>
<p>s) Nome do software da contabilidade Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI da Fiorilli Software</p>



RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

Resumo das políticas contábeis significativas:

As demonstrações contábeis devem representar apropriadamente a situação patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade. A representação adequada exige a representação fidedigna dos efeitos das transações, outros eventos e condições, de acordo com as definições e critérios de reconhecimento para ativos, passivos, receitas e despesas como estabelecidos no Manual MCASP 8ª Edição, nesse contexto segue os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade, que afetaram a elaboração das demonstrações contábeis, tendo em consideração as opções e premissas da legislação da contabilidade aplicada ao setor público.

A elaboração do Balanço Patrimonial – BP é realizada obedecendo a Lei nº 4.320/64 e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP. O balanço patrimonial utiliza o regime de caixa para registro de suas receitas e de competência para as despesas, tendo como moeda funcional da entidade o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

O balanço patrimonial é a demonstração contábil responsável por apresentar a situação patrimonial da entidade pública de maneira quantitativa e qualificada por meio de contas representativas do patrimônio público, como também suas contas de compensação. Sendo o mesmo estruturado por ativos, passivos e patrimônio líquido, os resultados obtidos no balanço em questão são resultantes da execução orçamentário do exercício atual e anterior, permitindo realizar análises da situação patrimonial da entidade. No Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Portaria nº 548 de 24 de setembro de 2015, ficou estabelecida a obrigatoriedade dos registros contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bem do patrimônio cultural e de infraestrutura), a partir de 01/01/2021 no caso dos municípios com menos de 50 mil habitantes.

A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem. A fim de atender aos novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012. Com o objetivo de atender as necessidades dos novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), as estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei 4.320/1964 e as alterações da Portaria STN nº 438/2012, o balanço patrimonial será composto por:

- a. Quadro Principal;
- b. Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- c. Quadro das Contas de Compensação (controle); e
- d. Quadro do Superavit/Déficit Financeiro.

O Quadro Principal

O Balanço Patrimonial será elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Os ativos e



passivos serão apresentados em níveis sintéticos (3º nível - Subgrupo ou 4º nível - Título).

A NBC TSP 11 prevê a adoção das seguintes formas de apresentação dos ativos e passivos:

- a. Segregação em ativos circulantes e não circulantes e passivos circulantes e não circulantes, sendo este o modelo que deve ser adotado preferencialmente;
- b. Apresentação baseada na liquidez, aplicável apenas quando proporcionar informação que seja mais relevante. Tal situação pode ocorrer, por exemplo, em instituições financeiras, pelo fato de que tais instituições não fornecem bens ou serviços dentro de ciclo operacional claramente identificável.

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Este quadro apresenta os ativos e passivos financeiros e permanentes, de acordo com o disposto no art. 105 da Lei nº 4.320/1964. Será elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo), a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do PCASP, bem como as contas que representem passivos financeiros, mas que não apresentam passivos patrimoniais associados, como as contas da classe 6 “Crédito Empenhado a Liquidar” e “Restos a Pagar Não Processados a Liquidar”. Os ativos e passivos financeiros e permanentes e o saldo patrimonial serão apresentados pelos seus valores totais. É facultativo o detalhamento dos saldos em notas explicativas.

Quadro das Contas de Compensação (controle)

Este quadro apresenta os atos potenciais do ativo e do passivo a executar, que potencialmente podem afetar o patrimônio do ente. Os valores dos atos potenciais já executados não devem ser considerados. Será elaborado utilizando-se a classe 8 (Controles Credores) do PCASP. O PCASP não padroniza o desdobramento dos atos potenciais ativos e passivos em nível que permita segregar os atos executados daqueles a executar. Tal desdobramento deverá ser feito por cada ente, a nível de item e subitem (6º nível e 7º nível).

Quadro do Superávit / Déficit Financeiro

Este quadro apresenta o superávit / déficit financeiro, apurado conforme o § 2º do art. 43 da Lei nº 4.320/1964. Será elaborado utilizando-se o saldo da conta 8.2.1.1.1.00.00 – Disponibilidade por Destinação de Recurso (DDR), segregado por fonte / destinação de recursos. Como a classificação por fonte / destinação de recursos não é padronizada, cabe a cada ente adaptá-lo à classificação por ele adotada. Poderão ser apresentadas algumas fontes com déficit e outras com superávit financeiro, de modo que o total seja igual ao superávit / déficit financeiro apurado pela diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro conforme o quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes.

a) Bases de mensuração utilizadas e demais informações pertinentes:

Quanto ao sistema orçamentário de acordo com o art. 35 da Lei nº 4.320/65 e NBCASP será utilizado o regime misto nas operações orçamentárias. A execução orçamentária e fiscal dos atos e fatos contábeis se basearam nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos abaixo:

a.i) O caixa e equivalente de caixa:

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder aos lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.



a.ii) Créditos a curto prazo:

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

a.iii) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo:

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

a.iv) Estoques:

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

a.v) Ajuste para perdas dos créditos tributários:

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2021, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2021, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

a.vi) Imobilizado:

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio do município deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta



equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

a.vii) Intangível:

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

a.viii) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão:

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o Manual MCASP 8ª Edição.

a.ix) Passivo circulante e não circulante:

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

a.x) Empréstimos e financiamentos:

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

a.xi) Provisões:

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.



a.xii) Apuração do resultado:

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do município segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b) Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.



ANEXO IV
DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PODER EXECUTIVO)

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção do Procedimento Contábeis Orçamentários.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para adoção de processo orçamentário de acordo com NBCASP.	Processo e Sistema Orçamentário de acordo com o MCASP.	Financeiro/ Assessoria Contábil	31/12/2014	Concluída
Adequação/Aquisição de sistema para adoção de processo orçamentário de acordo com NBCASP;	Sistema de Informações Contábeis que apresente Sistema Orçamentário baseado no MCASP.	Assessoria	31/12/2014	Concluída
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias, de contribuições (exceto previdenciárias) e obrigações relacionadas a repartição de receitas.	Metodologia de reconhecimento dos créditos oriundos de receitas tributárias, de contribuições (exceto previdenciárias) e obrigações relacionadas a repartição de receitas.	Finanças/ Tesouraria/ Contabilidade/ Tributos	31/12/2021	Concluída



Adequação/Aquisição de sistema para registro de créditos oriundos de receitas tributárias, de contribuições (exceto previdenciárias) e obrigações relacionadas a repartição de receitas.	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro de créditos oriundos de receitas tributárias, de contribuições (exceto previdenciárias) e obrigações relacionadas a repartição de receitas.	Prefeito/Finanças/ Tesouraria	31/12/2021	Concluída
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	Metodologia de reconhecimento dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	Finanças/ Tesouraria/ Contabilidade/ Tributos	31/12/2021	Concluída
Contratação de sistema para registro de créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro de créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	Prefeito/Finanças/ Tesouraria	31/12/2021	Concluída
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber).	Metodologia de reconhecimento dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber).	Finanças/ Tesouraria/ Contabilidade/ Tributos	31/12/2018	Concluída



Contratação de sistema para registro dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber).	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber).	Prefeito/Finanças/ Tesouraria	31/12/2018	Concluída
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação da dívida ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Metodologia de reconhecimento da dívida ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Finanças/ Tesouraria/ Contabilidade/ Tributos	31/12/2015	Concluída
Contratação de sistema para registro da dívida ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro da dívida ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Prefeito/Finanças/ Tesouraria	31/12/2015	Concluída
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência, inclusive as provisões;	Metodologia de reconhecimento de obrigações por competência	Tesouraria/ Assessoria Contábil	31/12/2020	Concluída
Adequação/Aquisição de sistema para registro de obrigações por competência;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro de obrigações por competência.	Assessoria	31/12/2020	Concluída
Evidenciação contábil de todas as obrigações e provisões por competência.	Obrigações e provisões devidamente evidenciadas contabilmente.	Tesouraria/ Assessoria Contábil	31/12/2020	Concluída



Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle;	Metodologia de reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle;	Assessoria	31/12/2020	Concluída
Adequação/Aquisição de sistema para registro de ativos e passivos contingentes em contas de controle;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro de ativos e passivos contingentes em contas de controle;	Assessoria	31/12/2020	Concluída
Evidenciação contábil e em notas explicativas dos ativos e passivos contingentes;	Ativos e passivos contingentes devidamente evidenciados na contabilidade.	Assessoria Contábil	31/12/2020	Em andamento
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Aquisição/Aquisição de sistema de controle Patrimonial;	Implantação de Sistema de Informações Contábeis adequado ao registro do patrimônio	Presidente/Controlador Patrimonial	31/12/2020	Concluída
Levantamento em nível local do patrimônio da entidade e registro no sistema;	Relatório do Sistema de Informações Contábeis com detalhamento do patrimônio do ente, com base em perícia ou referência de mercado.	Controle patrimonial	31/12/2020	Em andamento
Desenvolvimento e operacionalização de rotina para registro de depreciação, amortização e exaustão dos ativos;	Metodologia para registro da depreciação, amortização e exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável.	Controle Patrimonial/Assessoria	31/12/2020	Concluída
Adequação do Sistema de Informações Contábeis aos procedimentos de ajustes patrimoniais acima apresentados;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de depreciação, reavaliação, impairment, etc. Dos elementos patrimoniais.	Assessoria	31/12/2020	Concluída



8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.					
Ação	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Aquisição/Desenvolvimento de sistema de controle dos ativos de infraestrutura;	Sistema informatizado adequado aos ativos de infraestrutura.	Prefeito/ Controle Patrimonial	31/12/2023	Concluída
	Levantamento em nível local do patrimônio de infraestrutura;	Relatório com detalhamento do patrimônio de infraestrutura do ente, com base em perícia ou “benchmark”.	Controle Patrimonial	31/12/2023	Em andamento
	Desenvolvimento e operacionalização de rotina de depreciação dos ativos de infraestrutura;	Metodologia de depreciação do patrimônio de infraestrutura à realidade.	Controle Patrimonial	31/12/2023	Em andamento
	Desenvolvimento de rotinas de reavaliação e redução ao valor recuperável para os ativos de infraestrutura;	Metodologia de reavaliação e “impairment” para os ativos de infraestrutura.	Controle Patrimonial	31/12/2023	Em andamento
	Adequação do sistema informatizado aos procedimentos anteriormente definidos para ajustes no patrimônio de infraestrutura.	Sistema informatizado adequado ao controle do patrimônio de infraestrutura.	Assessoria Sistema	31/12/2023	Concluída
9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).					
Ação	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	Metodologia de reconhecimento dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável.	Controle Patrimonial	31/12/2023	Em andamento



Adequação/Aquisição de sistema para registro dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão;	Prefeito/ Controle Patrimonial/ Assessoria	31/12/2023	Concluída
Evidenciação contábil dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão;	Bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão devidamente evidenciados contabilmente.	Controle Patrimonial/ Assessoria Contábil	31/12/2023	Em andamento
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	Metodologia de reconhecimento das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	Tesouraria/ Assessoria Contábil	31/12/2020	Concluída
Adequação/Aquisição de sistema para registro de obrigações por competência;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	Assessoria	31/12/2020	Concluída
Evidenciação contábil de todas as obrigações e provisões por competência.	Obrigações e provisões evidenciados contabilmente.	Tesouraria/ Assessoria/ Contábil	31/12/2020	Em andamento
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados;	Metodologia de reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados;	Financeiro/ Assessoria Contábil	31/12/2018	Em andamento
Adequação/Aquisição de sistema para registro das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados;	Financeiro/ Assessoria	31/12/2018	Concluída
Evidenciação contábil das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados;	Obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados devidamente evidenciados na contabilidade.	Assessoria Contábil	31/12/2018	Em andamento
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Metodologia de reconhecimento da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Tesouraria/ Assessoria Contábil	31/12/2015	Concluída
Adequação/Aquisição de sistema para registro da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Assessoria	31/12/2015	Concluída
Evidenciação contábil de todas as obrigações e provisões por competência.	Obrigações e provisões evidenciados contabilmente.	Tesouraria/ Assessoria Contábil	31/12/2015	Concluída
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			



Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência;	Metodologia de reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência;	Financeiro/ Assessoria	31/12/2015	Concluída
Adequação/Aquisição de sistema para registro das obrigações com fornecedores por competência;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro das obrigações com fornecedores por competência;	Assessoria	31/12/2015	Concluída
Evidenciação contábil das obrigações com fornecedores por competência;	Obrigações com fornecedores por competência devidamente evidenciados na contabilidade.	Assessoria Contábil	31/12/2015	Concluída
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência;	Metodologia de reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência;	Financeiro/ Assessoria	31/12/2022	Em andamento
Adequação/Aquisição de sistema para registro das demais obrigações por competência;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro das demais obrigações por competência;	Assessoria	31/12/2022	Concluída
Evidenciação contábil das demais obrigações por competência;	Demais obrigações por competência devidamente evidenciados na contabilidade.	Assessoria Contábil	31/12/2022	Em andamento
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres;	Metodologia de reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres;	Controle Patrimonial Financeiro/ Assessoria	31/12/2021	Em andamento
Adequação/Aquisição de sistema para registro de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres;	Assessoria	31/12/2021	Concluída
Evidenciação contábil de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres;	Softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres devidamente evidenciados na contabilidade.	Assessoria Contábil	31/12/2021	Em andamento
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação de outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	Metodologia de reconhecimento de outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	Tesouraria/ Assessoria Contábil	31/12/2022	Em andamento
Adequação/Aquisição de sistema para registro de outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro de outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	Assessoria	31/12/2022	Concluída
Evidenciação contábil de outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável devidamente evidenciados contabilmente.	Tesouraria/ Assessoria Contábil	31/12/2022	Em andamento
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	Metodologia de reconhecimento dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	Tesouraria/ Assessoria Contábil	31/12/2020	Em andamento
Adequação/Aquisição de sistema para registro dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	Assessoria	31/12/2020	Concluída
Evidenciação contábil dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	Investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável. Devidamente evidenciados contabilmente.	Tesouraria/ Assessoria Contábil	31/12/2020	Em andamento
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Controle de estoque\Almoxarifado Independente de execução orçamentária e com entrada por recebimento e baixa por consumo;	Metodologia de controle de estoque/almoxarifado	Administração/ Setor de Compras/ Almoxarifado	31/12/2022	Em andamento
Contratação de Sistema Informatizado para controle de estoque/almoxarifado.	Estoque/almoxarifado controlado através de Sistema informatizado.	Prefeito/ Administração /Setor de Compras/ Almoxarifado	31/12/2022	Em andamento
Ajuste do Sistema de Informações Contábeis para as Metodologias anteriores;	Sistema de Informações Contábeis ajustado ao controle de estoque/almoxarifado	Contabilidade	31/12/2022	Concluída
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			



Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para adoção de processo patrimonial de acordo com IPSAS, NBC TSP e MCASP.	Processo e Sistema Patrimonial de acordo com IPSAS, NBC TSP e MCASP..	Controle Patrimonial/ Financeiro/ Assessoria Contábil	31/12/2021	Concluída
Adequação/Aquisição de sistema para adoção de processo patrimonial de acordo com IPSAS, NBC TSP e MCASP.	Sistema de Informações Contábeis que apresente Sistema Patrimonial baseado nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.	Assessoria	31/12/2021	Concluída
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS - PARTE III DO MCASP				
Ação				
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - FUNDEB				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Fazer estudo e análise da situação atual para compatibilizar com as novas normas.	Roteiro de lançamentos e eventos contábeis implantados no sistema de informações contábeis.	Finanças/tesouraria/contabilidade	31/12/2014	Concluída
Escrituração NBCASP	Lançamentos FUNDEB escriturados de acordo com as novas normas	Finanças/tesouraria/contabilidade	31/12/2014	Concluída
Ação				
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - OPERAÇÕES DE CRÉDITOS				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Fazer estudo e análise da situação atual para compatibilizar com as novas normas.	Roteiro de lançamentos e eventos contábeis implantados no sistema de informações contábeis.	Finanças/tesouraria/contabilidade	31/12/2014	Concluída
Escrituração NBCASP	Lançamentos de Operações de Crédito escriturados de acordo com as novas normas	Finanças/tesouraria/contabilidade	31/12/2014	Concluída
Ação				
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA				



Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Fazer estudo e analise da situação atual para compatibilizar com as novas normas.	Roteiro de lançamentos e eventos contábeis implantados no sistema de informações contábeis.	Finanças/tesouraria/contabilidade/RPPS	31/12/2014	Concluída
Adequação do plano de contas do RPPS aoPCASP.	Plano de Contas Convergado	Finanças/Contabilidade/RPPS	31/12/2014	Concluída
Escrituração NBCASP	Lançamentos RPPS escriturados de acordo com as novas normas	Finanças/tesouraria/contabilidade/RPPS	31/12/2014	Concluída
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - DÍVIDA ATIVA			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Fazer estudo e analise da situação atual para compatibilizar com as novas normas.	Roteiro de lançamentos e eventos contábeis implantados no sistema de informações contábeis.	Finanças/tesouraria/contabilidade	31/12/2015	Concluída
Escrituração NBCASP	Lançamentos Dívida Ativa escriturados de acordo com as novas normas	Finanças/tesouraria/contabilidade	31/12/2015	Concluída
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - PRECATÓRIOS			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Fazer estudo e analise da situação atual para compatibilizar com as novas normas.	Roteiro de lançamentos e eventos contábeis implantados no sistema de informações contábeis.	Finanças/tesouraria/contabilidade	31/12/2014	Concluída
Escrituração NBCASP	Lançamentos de Precatórios escriturados de acordo com as novas normas	Finanças/tesouraria/contabilidade	31/12/2014	Concluída
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - CONSÓRCIOS			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



Fazer estudo e analise da situação atual para compatibilizar com as novas normas.	Roteiro de lançamentos e eventos contábeis implantados no sistema de informações contábeis.	Finanças/tesouraria/contabilidade	31/12/2016	Concluída
Escrituração NBCASP	Lançamentos de eventos de consórcios escriturados de acordo com as novas normas	Finanças/tesouraria/contabilidade	31/12/2016	Concluída
PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO - PARTE IV DO MCASP				
Ação	Aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Extensão do PCASP para nível detalhado necessário ao ente.	PCASP estendido até o nível necessário para registro contábil dos fenômenos.	Finanças/Contabilidade	31/12/2014	Concluída
Aquisição/Desenvolvimento de sistema para que o PCASP estendido e os eventos sejam agregados.	Sistema informatizado adequado ao PCASP estendido e aos eventos.	Finanças/Contabilidade	31/12/2014	Concluída
Criar rotinas de integridade e de abertura e encerramento de exercício.	Metodologia de registro da abertura e encerramento do exercício, além de verificação de integridade dos dados.	Finanças/Contabilidade	31/12/2014	Concluída
Adequação do sistema informatizado às rotinas de integridade, abertura e encerramento do exercício.	Sistema informatizado adequado às rotinas de integridade, abertura e encerramento do exercício.	Finanças/Contabilidade	31/12/2014	Concluída
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicados ao Setor Público			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de regra/fórmulas para levantamento das DCASP a partir da contabilidade.	Metodologia de levantamento das DCASP por meio do PCASP estendido e das demais informações contábeis.	Finanças/Contabilidade	31/12/2014	Concluída



Ajustes das demonstrações contábeis para onovo padrão, com a inclusão das fórmulas.	Template de DCASP adequada à nova metodologia.	Finanças/Contabilidade	31/12/2014	Concluída
Ajuste em sistemas para inclusão do novomodelo de DCASP.	Sistema informatizado adequado à metodologia de levantamento das DCASP a partir do PCASP estendido e das demais informações contábeis.	Finanças/Contabilidade	31/12/2014	Concluída

c) Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Patrimonial

c.i) Classificação de ativos:

Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares

c.ii) Constituição de provisões:

Não houve constituições de provisões em contas de passivo que implicassem em registros nas variações patrimoniais.

c.iii) Reconhecimentos de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independente da execução orçamentaria.

c.iv) Transferências de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para a entidade:

Não houve transferência de propriedades de ativos para outras entidades.



INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELA ORDEM EM CADA DEMONSTRAÇÃO E CADA RUBRICA SEJAM APRESENTADAS:

a) Termos e Definições correlatos ao Balanço Patrimonial:

a.i) Quadro Principal:

Ativo Circulante

O ativo deve ser classificado como circulante quando satisfizer a qualquer dos seguintes critérios: a) espera-se que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com o propósito de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; b) o ativo está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; c) espera-se que o ativo seja realizado até doze meses após a data das demonstrações contábeis; ou d) o ativo seja caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Créditos a Curto Prazo

Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.

Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Ativo Não Circulante Mantido para Venda

Compreende os ativos não circulantes cuja recuperação esperada do seu valor contábil venha a ocorrer por meio de uma transação de venda em vez do uso contínuo, segundo um plano de venda com prazo inferior a 12 meses.

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas Antecipadamente

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) de forma antecipada, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

Ativo Não Circulante

O ativo deve ser classificado como circulante quando satisfizer a qualquer dos seguintes critérios:

- Espera-se que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com o propósito de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- O ativo está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que o ativo seja realizado até doze meses após a data das demonstrações contábeis; ou
- O ativo seja caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Integram o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado, o intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.

Realizável a Longo Prazo



Compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo.

Investimentos

Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade.

Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Passivo Circulante

O passivo deve ser classificado como circulante quando satisfizer a qualquer dos seguintes critérios:

- Espera-se que o passivo seja pago durante o ciclo operacional normal da entidade;
- O passivo está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- O passivo deve ser pago no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; ou
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

Obrigações de Repartições a Outros Entes

Compreende os valores arrecadados de impostos e outras receitas a serem repartidos aos estados, Distrito Federal e municípios.

Provisões a Curto Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no curto prazo.

Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusos nos subgrupos anteriores,



com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Passivo Não Circulante

O passivo deve ser classificado como circulante quando satisfizer a qualquer dos seguintes critérios:

- Espera-se que o passivo seja pago durante o ciclo operacional normal da entidade;
- O passivo está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- O passivo deve ser pago no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; ou
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Obrigações Fiscais a Longo Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.

Provisões a Longo Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

Demais Obrigações a Longo Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Resultado Diferido

Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade. Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008.

Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

Patrimônio Social e Capital Social

Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital

Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.

Reservas de Capital

Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

Ajustes de Avaliação Patrimonial



Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

Reservas de Lucros

Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.

Demais Reservas

Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Resultados Acumulados

Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos.

Ações / Cotas em Tesouraria

Compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

a.ii) Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Ativo Financeiro

Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

Ativo Permanente

Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Financeiro

Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Considera-se nesse conceito apenas a parcela da dívida fundada que tenha tido execução orçamentária iniciada e esteja pendente de pagamento.

Caso o Balanço Patrimonial seja elaborado no decorrer do exercício, serão incluídos no passivo financeiro os créditos empenhados a liquidar.

Passivo Permanente

Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

a.iii) Contas de Compensação

Compreende as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos.

Atos Potenciais

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contragarantias recebidas e concedidas. A definição é orientada pelo fluxo de caixa a ser envolvido na execução futura do ato potencial.

Atos Potenciais Ativos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Atos Potenciais Passivos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

a.iv) Quadro do Superávit / Déficit Financeiro

Superávit Financeiro

Corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

O superávit financeiro do exercício anterior é fonte de recursos para abertura de créditos suplementares e especiais, devendo-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais



transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, de acordo com o artigo 43 da Lei nº 4.320/1964, caput, § 1º, inciso I e § 2º.

Déficit Financeiro

Corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

Fonte de Recursos

Mecanismo que permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa.



REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS EXPLICATIVAS DE FORMA SISTEMÁTICA:

Segue de forma sistemática as referências cruzadas com o título, baseado em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

a) Balanço Patrimonial:

a.i) Ativo

Anexo 14 – Balanço Patrimonial da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2021

Ativo Circulante:



ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		4.050.360,06	6.353.205,88
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		4.007.859,38	5.596.909,46
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		4.007.859,38	5.596.909,46
CAIXA	N 1 F	0,00	162,57
CONTA ÚNICA	F	4.007.859,38	5.596.746,89
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		13.962,82	116.622,43
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		13.962,82	65.180,01
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DAS TAXAS	P	0,00	17.042,97
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DOS IMPOSTOS	P	13.962,82	48.137,04
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA		0,00	51.442,42
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	P	0,00	51.442,42
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		28.537,86	639.673,99
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS		2.920,00	2.920,00
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL	P	2.920,00	2.920,00
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		25.617,86	636.753,99
AUXÍLIO NATALIDADE PAGO A RECUPERAR	N2 F	6.300,43	6.300,43
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	F	16.287,01	365.434,50
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO	F	3.030,42	189.569,32
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE AUXÍLIO DOENÇA E ACIDENTES PAGOS	F	0,00	75.449,74
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
ESTOQUES		0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE		0,00	0,00



Notas Explicativas – NE:

Ativo Circulante – Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2021 foram de R\$ 4.050.360,06 (quatro milhões e cinquenta mil e trezentos e sessenta reais e seis centavos), compostos de Caixa e equivalente de caixa, Créditos a curto prazo, demais créditos e estoques.

N1 – Caixa e Equivalente de Caixa: O saldo das Disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2021 corresponde ao valor de R\$ 4.007.859,38 (quatro milhões e sete mil e oitocentos e cinquenta e nove reais e trinta e oito centavos).

Estoque/Almoxarifado:

Não existe registro de Estoque/Almoxarifado.

N2 – Créditos a Curto Prazo:

O saldo dos Créditos a curto prazo de 31/12/2021 foi de R\$ 13.962,82.

N2 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo: Segregação dos ativos com os atributos “F” e “P”:

NÍVEIS	VALOR R\$	ATRIBUTO
CRÉDITOS E RECEBER POR REEMBOLSO DE AUXILIO NATALIDADE PAGO	6.300,43	F
CRÉDITOS E RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	16.287,01	F
CRÉDITOS E RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO	3.030,42	F



Anexo 14 – Balanço Patrimonial da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2021

Ativo Não Circulante:

ATIVO NÃO CIRCULANTE		36.917.392,42	32.847.769,43
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		116.622,43	0,00
CRÉDITOS A LONGO PRAZO		116.622,43	0,00
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	P	51.442,42	0,00
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	P	65.180,01	0,00
INVESTIMENTOS		0,00	0,00
IMOBILIZADO		36.800.769,99	32.847.769,43
BENS MÓVEIS		9.982.779,46	8.981.648,11
VEÍCULOS	P	1.274.410,00	1.274.410,00
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	P	37.595,17	37.595,17
BENS DE INFORMÁTICA	P	125.772,81	87.523,81
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	1.061.967,72	677.242,72



MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	223.888,55	179.741,30
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	7.259.145,21	6.725.135,11
BENS IMÓVEIS		26.883.834,41	23.866.121,32
BENS DE USO ESPECIAL	P	126.339,01	126.339,01
INSTALAÇÕES	P	196.028,69	51.360,33
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	P	3.965.731,13	3.422.222,04
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P	22.595.735,58	20.266.199,94
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-65.843,88	0,00
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	P	-65.843,88	0,00
INTANGÍVEL		0,00	0,00
DIFERIDO		0,00	0,00
TOTAL		40.967.752,48	39.200.975,31

Nota Explicativa – NE:

Ativo Não Circulante: Os ativos de longo prazo compostos do ativo realizável a longo prazo e imobilizados totalizam R\$ 36.917.392,42 (trinta e seis milhões e novecentos e dezessete mil e trezentos e noventa e dois reais e quarenta e dois centavos).

Créditos a Longo Prazo:

Créditos a Longo Prazos somaram 116.622,43 (cento e dezesseis mil e seiscentos e vinte e dois reais e quarenta e três centavos).

N3 - Imobilizado:

O valor do imobilizado ao final do exercício de 2021 corresponde ao valor de R\$ 36.800.769,99 (trinta e seis milhões e oitocentos mil e setecentos e sessenta e nove reais e noventa e nove centavos).

Depreciação, Amortização e Exaustão:

Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou em tempo as informações relativas ao valor atualizado do imobilizado, bem como a depreciação acumulada para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos a administração que tome medidas no



sentido de manter as informações do patrimônio atualizadas para compatibilização em tempo da contabilidade. Não foi realizado teste de imparidade durante o exercício de 2020 em ativos com redução no poder de geração de caixa, bem como não houve reavaliação de ativos.

No decurso do exercício de 2021 foram efetuadas as incorporações analíticas ao patrimônio nas contas bens móveis e bens imóveis.

Intangível:

Não existe registro de Ativos Intangíveis.

a.ii) Passivo:

Anexo 14 – Balanço Patrimonial da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2021

Passivo Circulante:



PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO CIRCULANTE		2.294.103,27	2.567.716,99
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS		406.538,45	442.464,56
PESSOAL A PAGAR		143.349,39	17.340,06
PESSOAL A PAGAR	N 4	F 138.254,60	12.245,27
PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ORDINÁRIO		F 5.094,79	5.094,79
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		263.189,06	425.124,50
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - DÉBITO PARCELADO		F 27.500,83	27.500,83
CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)		F 56.066,60	221.339,27
OUTROS ENCARGOS SOCIAIS		F 8.438,70	7.283,70
CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR		F 110.724,11	108.541,88
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - DÉBITO PARCELADO		F 13.707,46	13.707,46
OUTROS ENCARGOS SOCIAIS		F 6.535,97	6.535,97
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - DÉBITO PARCELADO		F 259,78	259,78
OUTROS ENCARGOS SOCIAIS		F 226,06	226,06
CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)		P 39.729,55	39.729,55
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		3.507,98	3.507,98
JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		3.507,98	3.507,98
ENCARGOS - EMPRÉSTIMOS EXTERNOS		F 3.507,98	3.507,98
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		1.398.115,52	1.026.148,13
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		1.398.115,52	1.026.148,13
FORNECEDORES NACIONAIS		F 1.282.946,95	995.161,19
CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS		F 115.168,57	30.986,94
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	1.316,70
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO		0,00	1.316,70
OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS A RECOLHER		F 0,00	1.316,70
OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES		0,00	0,00
PROVISÕES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		485.941,32	1.094.279,62
VALORES RESTITUÍVEIS		485.409,32	1.093.747,62
CONSIGNAÇÕES	N 5	F 485.409,32	1.085.033,67
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS		F 0,00	8.713,95
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		532,00	532,00
CONTRATOS DE GESTÃO A PAGAR		F 532,00	532,00



Nota Explicativa – NE:

Passivo Circulante: As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício de 2021 foram de **R\$ 2.294.103,27 (dois milhões e duzentos e noventa e quatro mil e cento e três reais e vinte e sete centavos)**. O índice de liquidez corrente em 2021 foi de 1,76 (Ativo Circulante/Passivo Circulante). Ou seja, para cada R\$ 1,00 (um real) de dívida de curto prazo a entidade possui R\$ 1,76 de ativos de curto prazo para cobrir. O índice de liquidez seca foi de 1,76 ((Ativo Circulante – Estoque)/Passivo Circulante), compreende dizer que para cada R\$ 1,00 (uma real) de Passivo Circulante se tem R\$ 1,76 de Ativos Líquidos (exceto os estoques) podendo dizer que existe uma folga no disponível para liquidação das obrigações, já o índice de liquidez imediata que compreende apenas os valores que estão disponíveis imediatamente é de 1,74 ((Disponibilidades/Passivo Circulante)*100), indica que a entidade tem 1,74 da quantia necessária para honrar 1,00 de suas obrigações de curto prazo. As demais obrigações são cobertas por outras contas patrimoniais do ativo.

N4 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo:

Encargos sociais a pagar: O valor das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar foi de **R\$ 406.538,45**.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo: Ao final do exercício de 2021 ficou em restos a pagar o valor de **R\$ 1.398.115,52**.

N5 – Demais Obrigações a Curto Prazo: As demais obrigações a curto prazo são compostas pelos valores restituíveis **R\$ 485.941,32**.

Passivo Não Circulante:

PASSIVO NÃO-CIRCULANTE

10.340.232,83

2.896.667,02



OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS		10.334.942,86	2.891.377,05
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		10.334.942,86	2.891.377,05
CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	P	2.181.615,22	2.891.377,05
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	P	8.153.327,64	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO		5.289,97	5.289,97
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A LONGO PRAZ		5.289,97	5.289,97
FORNECEDORES NACIONAIS	F	5.289,97	5.289,97
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
PROVISÕES A LONGO PRAZO		0,00	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		0,00	0,00
RESULTADO DIFERIDO		0,00	0,00
TOTAL PASSIVO		12.634.336,10	5.464.384,01

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo:

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo somaram R\$ 10.334.942,86 (dez milhões e trezentos e trinta e quatro mil e novecentos e quarenta e dois reais e oitenta e seis centavos).

Provisões a Curto e a Longo Prazo:

Não existe registro de Provisões a Curto e a Longo Prazo.

Anexo 14 – Balanço Patrimonial da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2021

Patrimônio Líquido:



PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		28.333.416,38	33.736.591,30
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		0,00	0,00
RESULTADOS ACUMULADOS		28.333.416,38	33.736.591,30
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		28.333.416,38	33.736.591,30
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P	-5.403.174,92	5.373.414,33
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	N 6 P	33.736.591,30	28.311.734,55
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	0,00	51.442,42
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		28.333.416,38	33.736.591,30

Nota Explicativa – NE:

N6 – Patrimônio Líquido: O patrimônio líquido da entidade fez em 2021 o valor de **R\$ 28.333.416,38**. Os Resultados Acumulados de exercícios anteriores foram de **R\$ 33.736.591,30**. Redução do Patrimônio Líquido corresponde ao valor de **R\$ 5.403.174,92 (cinco milhões e quatrocentos e três mil e cento e setenta e quatro reais e noventa e dois centavos)**.

a.iii) Demais elementos patrimoniais:

ATIVO FINANCEIRO	4.033.477,24	6.233.663,45
ATIVO PERMANENTE	36.934.275,24	32.967.311,86

Nota Explicativa – NE:



Ativo Financeiro: O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. O valor dos ativos com atributo F (Financeiro) totalizam **R\$ 4.033.477,24** (quatro milhões e trinta e três mil e quatrocentos e setenta e sete reais e vinte e quatro centavos).

Ativo Permanente: O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. O valor dos ativos com atributo P (Permanente) somam **R\$ 36.934.275,24** (trinta e seis milhões e novecentos e trinta e quatro mil e duzentos e setenta e cinco reais e vinte e quatro centavos).

PASSIVO FINANCEIRO (2.259.663,69)+RP não Proc.(558.478,96)	2.818.142,65	3.081.057,89
PASSIVO PERMANENTE	10.374.672,41	2.931.106,60
SALDO PATRIMONIAL	27.774.937,42	33.188.810,82

Nota Explicativa – NE:

Passivo Financeiro: O Passivo Financeiro consiste nas obrigações que não dependem de autorização orçamentária para sua amortização ou resgate. Também integram o passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções, depósitos, dentre outros. O valor dos passivos com atributo F (Financeiro) no valor de **R\$ 2.259.663,69**, somados aos restos a pagar não processados a liquidar no valor de **R\$ 558.478,96** perfazem o total de **R\$ 2.818.142,65** (dois milhões e oitocentos e dezoito mil e cento e quarenta e dois reais e sessenta e cinco centavos).

Passivo Permanente: Os passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente Os Passivos com atributo P (Permanente) somam **R\$ 10.374.672,41** (dez milhões e trezentos e setenta e quatro mil e seiscentos e setenta e dois reais e quarenta e um centavos).



DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX)		Nota	SUPERÁVIT/DÉF.
			ATUAL
			18.393,56
001	Ordinario		18.393,56
110	GERAL		0,00
300	SAÚDE		0,00
310	SAÚDE-GERAL		0,00
610	RPPS-CONTRIBUIÇÕES		0,00
00	RECURSOS ORDINARIOS (ORDINÁRIO)		2.066.572,01
001	Ordinario		-507.377,18
100	GERAL TOTAL		508,61
110	GERAL		836.384,71
200	EDUCAÇÃO		277.608,06
210	EDUCAÇÃO INFANTIL		0,00
220	ENSINO FUNDAMENTAL		-6.006,03
260	EDUCAÇÃO-FUNDEB		0,00
261	EDUCAÇÃO-FUNDEB-MAGISTÉRIO		772.833,49
262	EDUCAÇÃO-FUNDEB-OUTROS		-20.091,28
300	SAÚDE		775.977,85
310	SAÚDE-GERAL		-44.485,09
500	ASSISTÊNCIA SOCIAL		6.777,42
510	ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL		-25.558,55
610	RPPS-CONTRIBUIÇÕES		0,00
06	RECURSOS DO FUNDEB - OUTRAS DESPESAS (VINCULADO)		-47.458,99
260	EDUCAÇÃO-FUNDEB		-2.626,70
262	EDUCAÇÃO-FUNDEB-OUTROS		-44.832,29
09	RECURSOS TRANSFERIDOS PELO - SUS (VINCULADO)		-595.145,47
300	SAÚDE		-297.310,96
310	SAÚDE-GERAL		-297.834,51
10	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE (VINCULADO)		-489,55
220	ENSINO FUNDAMENTAL		-489,55
12	RECURSOS DESTINADOS A MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (VINCULADO)		0,00
200	EDUCAÇÃO		0,00
210	EDUCAÇÃO INFANTIL		0,00



PREFEITURA MUNICIPAL
SANTA CRUZ
Construindo uma nova história.

ADMINISTRAÇÃO 2017/2020



Documento Assinado Digitalmente por: ELIANE MARIA DA SILVA SOARES, EZIUDA MARIA DE SOUSA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/ppp/validaDoc.seam> Código do documento: 7e3539e3-b5f02-41ad-9074-44d19a254380

260	EDUCAÇÃO-FUNDEB	0,00
13	CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO (VINCULADO)	0,00
200	EDUCAÇÃO	0,00
16	RECURSOS TRANSFERÊNCIAS PELO FNAS (VINCULADO)	-178.979,39
500	ASSISTÊNCIA SOCIAL	-52.165,21
510	ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL	-126.814,18
17	IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIA EDUCAÇÃO - MDE (ORDINÁRIO)	-42.863,65
200	EDUCAÇÃO	-15.619,87
210	EDUCAÇÃO INFANTIL	-3.509,00
220	ENSINO FUNDAMENTAL	-23.734,78
18	CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS (ORDINÁRIO)	-1.240,00
310	SAÚDE-GERAL	-1.240,00
28	COVID-19 MUNICIPAL (VINCULADO)	-1.365,97
310	SAÚDE-GERAL	-1.365,97
80	RECURSOS PROPRIOS FINANCEIROS (ORDINÁRIO)	-2.087,96
620	RPPS-COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	-2.087,96
TOTAL		1.215.334,59

Nota Explicativa – NE:

Superávit/Déficit Financeiro: Evidencia o superávit/déficit financeiro que poderá ser utilizado como recurso para abertura de créditos adicionais segregados por fonte de recursos. Corresponde à diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O controle das disponibilidades por fonte de recursos é feito nas classes 7 e 8 do plano de contas. O total do Superávit Financeiro do exercício foi **R\$ 1.215.334,59 (um milhão e duzentos e quinze mil e trezentos e trinta e quatro reais e cinquenta e nove centavos).**



OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

a) Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos: Não houve registro de passivos contingentes. Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.
b) Divulgações não financeiras, tais como objetivos e políticas de gestão de risco financeiro da entidade e pressuposto das estimativas: Não se aplica a este demonstrativo.
c) Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro: Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.
d) Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros: Não foram feitos ajustes decorrentes da omissão e erros de registro para este demonstrativo.

AJUSTES DECORRENTES DE OMISSÕES E ERROS EM ANOS ANTERIORES OU MUDANÇAS DE CRITÉRIOS CONTÁBEIS:

Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros em anos anteriores ou mudanças de critérios contábeis.

ATIVOS IMOBILIZADOS A TÍTULO GRATUITO:

Não houve Ativos Imobilizados a título gratuito, logo não ocorrendo critérios de avaliação e impossibilidade de mensuração. Como também não ocorreu transferências desses ativos.

ATIVOS INTANGÍVEIS A TÍTULO GRATUITO:

Não houve Ativos Intangíveis a título gratuito, logo não ocorrendo critérios de avaliação e impossibilidade de mensuração.

JUSTIFICATIVA PARA A EXISTÊNCIAS DE COMPONENTES PATRIMONIAIS AVALIADOS POR CRITÉRIOS DISTINTOS:

Não houve componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos.

RELAÇÃO DE PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES QUE SURGIRAM DE UM MESMO CONJUNTO DE CIRCUSTÂNCIAS:

Não houve relação de provisões e passivos contingentes que surgiram de um mesmo conjunto de circunstâncias.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE BASE DE CÁLCULO UTILIZADAS NAS PERDAS DA DÍVIDA ATIVA:

Não houve perdas da dívida ativa.

PROVISÃO TIPO/CLASSE:

Não houve de provisão no balanço patrimonial.

PASSIVOS CONTINGENTES:

Não houve de passivos contingentes no balanço patrimonial.